



CLIPPING INTERNET
25/10/2021 ATÉ 25/10/2021



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 BLOG O INFORMANTE.....	1
2	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	2.1 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ATUAL 7.....	3
	3.2 BLOG DO ZÉ LOPES.....	4
	3.3 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	5
	3.4 SITE IMIRANTE.COM.....	6
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 NA MIRA.....	7
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	8
	5.2 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	9
	5.3 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	10
6	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	6.1 BLOG HOLDEM ARRUDA.....	11

Josimar fará live com advogados para falar sobre anulação da Operação Maranhão Nostrum

Pré-candidato ao Palácio dos Leões, deputado tem dito ser vítima de perseguição e que ação deflagrada pelo Gaeco e Seccor foi ilegal

O pré-candidato ao Palácio dos Leões e deputado federal Josimar Maranhão (PL-MA) fará live nesta segunda-feira (25) com os advogados Carlos Sérgio e Marcus Vinicius.

Na transmissão, pretende falar sobre a anulação da Operação Maranhão Nostrum, executada por liminar em habeas corpus concedida pelo desembargador Bayma Araújo, da 1ª Câmara Criminal, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Desde a deflagração das buscas pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) e pela Seccor (Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção), Josimar tem dito ter sido alvo de perseguição após haver declarado oposição ao governador Flávio Dino (PCdoB).

Para o parlamentar, anulação da Maranhão Nostrum por determinação do Poder Judiciário maranhense confirma que a operação foi ilegal.

A live será transmitida simultaneamente nos canais de Josimar Maranhãozinho no Instagram e Facebook, a partir das 20 horas.

Vara Criminal e Central de Mandados serão instaladas em Timon

A Comarca de Timon, município a 420 km de São Luís, passará a contar com a 3ª Vara Criminal e uma Central de Mandados nesta terça-feira (26), quando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, irão ao município instalar as duas novas unidades, às 10h.

A Diretoria de Engenharia do TJMA adaptou espaços já existentes para o funcionamento da 3ª Vara Criminal e da Central de Mandados, que eram reivindicações de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, para melhor atendimento ao público.

Para recomposição do espaço, a fim de receber a 3ª Vara Criminal, foram feitas alterações de lay out (parte da frente de secretaria, gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência e arquivo), incluindo a realização de serviços de pintura geral, instalações de pontos elétricos, de sistema lógico e de telefonia, troca do piso, troca de luminárias, entre outros.

Já para receber a Central de Mandados, outro espaço foi alterado, também com alteração de lay out, inclusão de novos pontos elétricos, lógicos, pintura geral, inclusão de visor e porta integrando os dois espaços.

DEMANDA

A Comarca de Timon possui, até o momento, oito varas, sendo duas criminais, duas cíveis, uma de Família, uma de Execuções Penais, uma de Fazenda Pública e uma de Infância e Juventude, além de um Juizado Cível e Criminal.

O município é o quarto mais populoso do Maranhão, com pouco mais de 170 mil habitantes, de acordo com a última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020.

No ano passado, segundo dados informados pelas Diretoria do Fórum, a comarca recebeu 7.197 processos, com 5.041 sentenças e arquivamento de 7.196. Foram emitidas 26.007 decisões e despachos e realizadas 3.383 audiências e seis tribunais do júri. Segundo dados do Sistema Termojuris, por meio da extração de dados qualitativos e quantitativos, o acervo total da unidade é de 24.053 processos.

Mais informações em: <https://www.eduardorego.com.br/2021/10/vara-criminal-e-central-de-mandados.html>

JOSIMAR LIVRE DA NOSTRUM

O deputado federal e pré-candidato ao Governo do Maranhão, Josimar de Maranhãozinho (PL), comentou, nas redes sociais, a decisão do desembargador Antônio Bayma Araújo que concedeu liminar suspendendo todos os atos referentes à Operação Nostrum, realizada pela Polícia Civil e Ministério Público do Maranhão. Para Josimar, prevaleceu a justiça e predominou a verdade. O deputado voltou a reafirmar que a operação foi espetaculosa. “Dia 22: data em que predominou a VERDADE. A operação espetaculosa que promoveram contra minha família e eu, foi considerada pelo TJ como arbitrária e ILEGAL. Anulada! Prevaleceu a Justiça!”, destacou. Josimar ainda fez questão de agradecer o apoio que recebeu e prometeu dar detalhes da decisão judicial que lhe beneficiou na próxima segunda-feira (25). “Agradeço à todos que nos deram apoio e confiam nesse projeto que só cresce a cada dia. Estaremos dando mais detalhes sobre a decisão na próxima segunda-feira (25/10) em nossa LIVE”, finalizou.

Investigação sobre irregularidades na obra do Fórum de Imperatriz ultrapassa quatro anos sem conclusão

Uma investigação instaurada pelo Ministério Público do Maranhão para apurar supostas irregularidades na obra de construção do novo Fórum da Comarca de Imperatriz completa neste sábado (23) quatro anos e cinco meses.

O caso foi aberto a partir de representação do Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos (CPCDDH) Padre Josimo, com destaque para suspeitas sobre substanciais valores repassados pela corte para a construção, embora a obra, pouco mais de um ano antes, haver sido paralisada após alcançar quase 50% da execução.

O contrato para construção do fórum foi assinado em 5 de junho de 2013, originalmente por R\$ 147,4 milhões, com empreiteira LN Incorporações Imobiliária, de São Luís, e a obra deveria ter sido inaugurada 18 meses depois.

Passados oito anos, porém, a obra continua parada, sem prazo para entrega, a imagem no local é de completo abandono e o inquérito civil que apura o caso segue até hoje não finalizando e sem conclusão.

Mais de R\$ 75 milhões foram desembolsados dos cofres do Poder Judiciário para a obra, atualmente abandonada e tomada pelo mato, e que, por ironia do destino, fica exatamente ao lado do prédio da Promotoria de Justiça de Imperatriz.

A própria investigação do Ministério Público também estava sem movimentação processual, por cerca de cinco meses. No dia 6 de outubro, mesmo data em que o ATUAL7 solicitou um posicionamento do órgão a respeito, voltou a tramitar, com determinação de encaminhamento dos inquérito, atualmente com 12 volumes, para a Direção das Promotorias de Justiça de São Luís, para ser distribuído entre uma das unidades com atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.

"Tendo em vista a magnitude e complexidade dos fatos foram realizados diversos atos para a instrução do procedimento, culminando na conclusão pela remessa dos autos às Promotorias de Justiça da capital", respondeu em despacho o promotor João Marcelo Moreira Trovão, da 6ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz.

À época da assinatura do contrato, o Tribunal de Justiça maranhense era comandado pelo desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Desde então, passaram pelo comando da corte maranhense os desembargadores

Cleonice Freire (já falecida), Cleones Cunha e Joaquim Figueiredo. Atualmente, está sob a presidência do desembargador Lourival Serejo, que fica no cargo até o próximo ano.

Por representação conjunta do Ministério Público do Estado e do Ministério Público de Contas, também tramita no âmbito do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Maranhão, desde novembro 2018, uma auditoria de fiscalização no contrato assinado entre o Tribunal de Justiça e a LN Incorporações Imobiliária. Essa apuração, porém, sob relatoria do conselheiro-substituto Melquizedeque Nava Neto, devido ao ingresso do Sindjus (Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão) como terceiro interessado, está ligeiramente avançada.

Josimar de Maranhãozinho anuncia live com advogados para denunciar “perseguição”

Deputado federal e pré-candidato ao Governo do Estado, vai falar sobre a anulação da Operação Nostrum pelo Tribunal de Justiça

O deputado federal e pré-candidato ao Governo do Estado pelo PL, Josimar de Maranhãozinho, promoverá uma live às 20h de hoje com dois advogados convidados, para segundo ele, denunciar a perseguição política da qual ele afirma ter se tornado vítima no Maranhão.

Josimar participará da live ao lado da esposa, a deputada estadual Detinha (PL) e dos advogados Carlos Sérgio e Marcos Vinícius. Na publicação de convite para a transmissão ao vivo, o parlamentar utilizou o slogan: “Vamos discutir o Maranhão”.

“Dia 25 de outubro estaremos realizando mais uma live em minhas redes sociais, a partir das 20 horas. Nossos convidados são advogados doutor Carlos Sérgio e Marcos Vinícius. Vamos debater todos os acontecimento dos últimos dias, estaremos esclarecendo as perseguições que estamos passando. Tenho a certeza de que nosso projeto político é o melhor para o Maranhão”, publicou o pré-candidato.

Josimar de Maranhãozinho foi alvo da Operação Nostrum, desencadeada pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil.

Contra o parlamentar, foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Ele foi acusado de comandar um esquema de desvio de recursos públicos.

Josimar negou as acusações e afirmou ter sido vítima de perseguição política após ter deixado o grupo do governador Flávio Dino (PSB).

Num despacho, o desembargador Bayma Araújo, do TJMA, concedeu liminar em mandado de segurança protocolado pela defesa do prefeito de Araguaianã, Valmir Amorim, também do PL e aliado do deputado, e anulou a decisão da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinando a paralisação de toda a investigação. Ele também determinou a devolução de bens apreendidos.

O argumento é o de que a competência para julgar o caso seria do próprio TJ, uma vez que Josimar era deputado estadual quando dos fatos investigados.

A decisão vale até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pela defesa do parlamentar.

A bomba-relógio da crise hídrica

Se continuarmos conduzindo a crise hídrica de forma irresponsável, iremos construir uma monstruosa bomba-relógio, cuja implosão será uma questão de tempo. Nossa prática predadora no meio ambiente pode levar a natureza ao estágio da exaustão. Sobre a grave crise hídrica, que já afeta alguns estados brasileiros, devem ser feitas as seguintes perguntas: Por que chegamos a esse ponto? A quem interessa a crise da água? É uma fatalidade climática ou ela foi construída?

Mesmo com a ameaça de interrupção de abastecimento de água e de apagões – sem que o Governo Federal tenha apresentado qualquer solução consistente para o problema – um projeto de lei que tramita na Câmara Federal altera o Código Florestal para reduzir Áreas de Preservação Permanente, permitindo o desmatamento da vegetação nativa à beira de cursos d'água, fundamental para a manutenção de nossos mananciais, num momento em que o país enfrenta sua maior crise hídrica em 90 anos.

A tentativa de aprovar o projeto faz parte de um ataque amplo e sistemático dos ruralistas numa guerrilha contra o Código Florestal, para que eles possam suprimir arbitrariamente a vegetação de áreas de preservação permanente, represando os cursos d'água de suas propriedades rurais, conforme a demanda de comercialização de seus produtos agrícolas, desconsiderando a escassez de recursos hídricos, cuja consequência é a ampliação dos conflitos pelo uso da água, já em franca expansão no Brasil. (Antônio Carlos Lua – Jornalista)

Presidente do TJMA entrega revitalização do Fórum de Pinheiro

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, entregou reforma na quinta-feira, 21

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, esteve nesta quinta-feira (21) no município de Pinheiro, onde entregou obras de revitalização do Fórum Desembargador José Maria de Jesus Marques, na Comarca.

Os serviços realizados incluíram troca de toda a rede elétrica, sistema de lógica, telefonia, revisão da cobertura, alteração de lay out, pintura geral e revitalização da fachada principal, melhorias no fluxo, colocação de balcões de atendimento, entre outras reformas nas instalações físicas.

O presidente esteve com os juízes Pedro Henrique Holanda Pascoal (diretor do Fórum), Lúcio Paulo Fernando Soares (2ª Vara), Carlos Alberto Matos Brito (3ª Vara) e com a juíza Tereza Cristina Franco Palhares Nina (Juizado Especial Cível e Criminal).

“Ganhamos um Salão do Júri totalmente reformado, uma adequação das instalações da 1ª Vara e da 3ª Vara, bem como toda a mudança de fiação elétrica. Com isso, ganhamos melhorias para as instalações físicas do Fórum”, elogiou o juiz Pedro Henrique Pascoal.

Medalhas do TJMA

Em sessão plenária administrativa híbrida realizada na última quarta-feira, a Corte de Justiça estadual aprovou os relatórios dos indicados à Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, à Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes e à Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo. As comendas serão entregues em solenidade especial que acontecerá no dia 19 de novembro próximo.

Com relatoria do presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo, foi apresentado o relatório de indicados à Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima para magistrados e magistradas com 30, 20 e 10 anos de bons serviços prestados à magistratura.

Os relatórios de indicação às medalhas do Mérito Cândido Mendes e do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo teve como relator o desembargador Vicente de Paula, presidente da Comissão responsável pela análise das propostas de indicação de nomes para concessão das comendas.

Projeto em Balsas visa proteção de crianças e adolescentes contra violência sexual

Publicada em 25/10/2021 às 09h47

í iconCompartilhar w iconCompartilhar

Tiago Rohrr apresentou objetivos da Bela Infância. Tiago Rohrr apresentou objetivos da Bela Infância. (Crédito foto: Reprodução)

O Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão, realizou nesta última sexta-feira, 22, o lançamento da campanha “Bela Infância”, no Município de Balsas. A solenidade ocorreu na Unibalsas e também constou de premiação do concurso de produção artístico-literária sobre o tema “Violência contra criança e adolescente: um mal que precisa ser combatido”.

Leia também:

- Balsas e região conhecem o projeto Município Amigo da Justiça
- Chuvas aumentam risco de erosão em Balsas
- Delegacia Especial da Mulher de Balsas terá o comando de nova delegada

Coordenada pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça de Balsas, Tiago Carvalho Rohrr, e pelo juiz Douglas Lima da Guia, da 4ª Vara da Comarca, a campanha objetiva intensificar as ações de proteção integral e prioritária da criança e do adolescente, combatendo a violência sexual e favorecendo um ambiente propício para o desenvolvimento humano.

A solenidade foi presidida pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e contou com as presenças do desembargador Ribamar Castro, além de outros membros do MPMA, do Judiciário e de parceiros que ajudam a realizar o projeto: Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Balsas), Defensoria Pública do Estado, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, CREAS, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Balsas.

CARTA-COMPROMISSO

Durante o evento, o juiz Douglas Lima da Guia fez a leitura da carta-compromisso e do protocolo integrado de atenção às vítimas de violência sexual, pelo qual as autoridades signatárias comprometem-se a fazer cumprir o referido protocolo, “efetivando-se medidas concretas de implementação, manutenção e efetivação da garantia de direitos”.

O promotor de justiça Tiago Rohrr observou que os números de casos de abusos sexuais contra a população infanto-juvenil, que já são altos, podem ser até maiores. “A campanha quer incentivar que as pessoas denunciem aos órgãos competentes as violações contra crianças e adolescentes, a fim de que sejam dadas respostas à altura”, afirmou.

A carta foi assinada pelos representantes das instituições parceiras, que são: o prefeito Érick Augusto Silva; vereador Moisés Coelho (presidente da Câmara de Vereadores); o defensor público Magdiel Pacheco Santos (do Núcleo da Criança e do Adolescente); advogado José Afonso Bezerra Júnior (pres. da subseção da OAB); inspetor Marcelo José da Silva (da 5ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal); delegado regional da Polícia Civil Fagno Vieira; major Willys do Nascimento (comandante do 4º Batalhão de Bombeiros Militar); Mizael Martins (comandante da Guarda Municipal de Balsas) e o conselheiro tutelar Jango Ferreira.

CONSCIENTIZAÇÃO

Nas manifestações das autoridades presentes, foi destacada a possibilidade de conscientização da sociedade sobre a gravidade do problema. O prefeito Érick Silva disse que é importante a realização de campanhas desse tipo para proteger crianças e adolescentes. “É fundamental essa iniciativa do Ministério Público e do Judiciário, que irá contribuir para a diminuição da violência contra as vítimas mais frágeis da nossa sociedade, que são as crianças e os adolescentes”.

O desembargador Ribamar Castro, coordenador de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, afirmou que o Judiciário maranhense considera de extrema relevância a campanha. “É prioridade absoluta enfrentarmos a exploração sexual de crianças e adolescentes, propiciando o amparo e o respeito à dignidade das vítimas dos abusos”.

Para o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara Júnior, a exploração sexual de crianças e adolescentes na região de Balsas é um problema cada vez mais grave. “É importante a união das instituições em torno da questão para potencializar as ações do Estado e fortalecer a sociedade”.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, também elogiou a campanha “Bela Infância” e, igualmente, ressaltou o esforço conjunto das instituições em defesa da dignidade das crianças e adolescentes de Balsas. “Todas as instituições trabalhando com afinco, ao lado da sociedade, irão colaborar para a redução dessa violência absurda contra aqueles que serão o futuro do país”, enfatizou.

CONCURSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO

Durante a solenidade estudantes de escolas da rede municipal de Balsas foram premiados pelos seus trabalhos de redação, músicas, poesias e outras manifestações artísticas com enfoque sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Participaram da premiação alunos na faixa etária de 10 a 14 anos das escolas Eliezilda Coelho Rocha, Agostinho Neves e Raimundo Pereira da Silva (zona rural do município). Os escolhidos receberam notebooks como prêmio.

Balsas e região conhecem o projeto Município Amigo da Justiça

Publicada em 25/10/2021 às 10h43

Com o objetivo de promover maior integração e interação dos serviços do Judiciário e os Municípios, tendo em vista assegurar acesso a direitos e o fortalecimento da cidadania, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) apresentou nessa última quarta-feira (19) o projeto “Município Amigo da Justiça” para representantes de municípios da região sul do Estado. A apresentação foi feita pelo coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução Adequada de Conflitos (NUPEMEC), juiz Alexandre Abreu, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Balsas.

A apresentação contou com a presença do procurador-geral do município de Balsas, Miranda Teixeira Rego; do prefeito de Alto Parnaíba, Itamar Vieira; do procurador do município de Carolina Diego Faria, representando o prefeito Erivelton Neves; da prefeita de Sambaíba, Fátima Dantas, entre outros representantes como secretários e servidores dos municípios.

O juiz Alexandre Abreu explicou que o programa objetiva conferir o “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça” para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos, por meio do uso de meios adequados de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias com capacidade resolutiva, procuradorias e equipes de atenção social.

O magistrado ressaltou que os municípios podem desenvolver ações para alcançar o reconhecimento de suas ações em favor da inclusão dos cidadãos no acesso e defesa dos direitos em ações administrativas de melhoramento no atendimento dos usuários de serviços públicos e resolução administrativas de conflitos; e na busca de tratamento adequado das demandas judiciais que envolvam os municípios.

Com o apoio do Judiciário, as práticas podem consistir na implementação de ações como a instalação de postos de cidadania digital; busca ativa (inclusive por agentes comunitários de saúde) de população excluída de acesso, para recebimento de direitos; orientação e apoio aos cidadãos nos processos judiciais de acesso a direitos (reconhecimento de paternidade, ação de alimentos, interdição etc); fortalecimento do serviço de ouvidoria municipal, ampliando sua capacidade resolutiva e emissão de relatórios de atendimento, para melhor defesa de direitos. “Convidamos representantes dos municípios (executivo e legislativo) além da sociedade, para esclarecimento e apoio na implementação dessas ações, que podem ampliar o acesso à Justiça e a garantia de direitos às pessoas que enfrentam mais dificuldades”, frisou.

De acordo com o magistrado, o investimento na formação dos servidores que realizam atendimento e orientação ao público; parcerias com o TJ para melhor desenvolvimento das execuções fiscais; e a formulação de propostas, legalmente apoiadas, para resolução consensual das demandas judicializadas também são práticas que podem ser desenvolvidas pelos municípios com o fim de ampliar a integração com os serviços judiciários e facilitar o acesso a direitos. “O acesso à Justiça garantido pela Constituição Federal não é somente via provocação ao Poder Judiciário, é importante que serviços sejam levados até os cidadãos e cidadãs, principalmente devido às desigualdades sociais do nosso país”, frisou.

A prefeita de Sambaíba, Fátima Dantas, informou que o município pretende estudar as vertentes do projeto, que pode beneficiar moradores de povoados que ficam distantes da sede municipal. “É uma parceria muito importante porque representa uma oportunidade para que as comunidades distantes tenham acesso aos direitos de cidadania”, observou.

O procurador do município de Carolina, Diego Faria, apontou a eficiência da proposta de o magistrado, antes de proferir uma decisão liminar em face do município, utilize-se dos meios eletrônicos de comunicação oferecidos pelo serviço “Juízo 100% Digital” para conhecer a justificativa do município para o não atendimento no pleito, podendo emitir decisões com maior potencial de efetividade. “É interessante que cada um dos representantes identificou pontos no projeto que consideram mais relevantes para sua realidade”, avalia Alexandre Abreu.

Também participaram da solenidade a juíza Nirvana Barros Mourão, diretora do Fórum da comarca de Balsas, os juízes Douglas Lima da Guia (4ª Vara) e Rafael Felipe de Sousa Leite (3ª Vara) e o promotor de Justiça Tiago Rohr, que avaliaram na oportunidade que o projeto Município da Justiça tem o objetivo de ampliar o acesso aos serviços de resolução de demandas de interesse da sociedade. “É um projeto muito relevante para adesão não apenas de municípios, como também de outras entidades da sociedade civil que podem adotar ações no sentido de ampliar o acesso a direitos”, observou o juiz Douglas Lima da Guia.

PROJETO

O projeto “Município Amigo da Justiça” foi instituído pelo TJMA, por meio do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos - presidido pelo desembargador José Luiz Almeida - segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), enquanto um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, buscando ampliar a união de esforços entre os entes públicos.

São 17 metas a serem cumpridas pelos governos, sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos tendo como pilares o cuidado com as pessoas e o planeta, focados na prosperidade humana e na convivência em paz, em uma mobilização de parceria para alcance dos resultados. “Ciente de que um desafio dessa magnitude só é superado com a união de esforços, o Desembargador Lourival Serejo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão instituiu o Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça, que homenageia os Municípios do Maranhão que desenvolver ações de garantia de direitos aos Cidadãos”, afirmou o juiz Alexandre Abreu.

Josimar de Maranhãozinho anuncia live com advogados para denunciar "perseguição"

Deputado federal e pré-candidato ao Governo do Estado, vai falar sobre a anulação da Operação Nostrum pelo Tribunal de Justiça

SÃO LUÍS - O deputado federal e pré-candidato ao Governo do Estado pelo PL, Josimar de Maranhãozinho, promoverá uma live às 20h de hoje com dois advogados convidados, para segundo ele, denunciar a perseguição política da qual ele afirma ter se tornado vítima no Maranhão.

Josimar participará da live ao lado da esposa, a deputada estadual Detinha (PL) e dos advogados Carlos Sérgio e Marcos Vinícius. Na publicação de convite para a transmissão ao vivo, o parlamentar utilizou o slogan: "Vamos discutir o Maranhão".

"Dia 25 de outubro estaremos realizando mais uma live em minhas redes sociais, a partir das 20 horas. Nossos convidados são advogados doutor Carlos Sérgio e Marcos Vinícius. Vamos debater todos os acontecimento dos últimos dias, estaremos esclarecendo as perseguições que estamos passando. Tenho a certeza de que nosso projeto político é o melhor para o Maranhão", publicou o pré-candidato.

Contra o parlamentar, foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Ele foi acusado de comandar um esquema de desvio de recursos públicos.

Josimar negou as acusações e afirmou ter sido vítima de perseguição política após ter deixado o grupo do governador Flávio Dino (PSB).

Num despacho, o desembargador Bayma Araújo, do TJMA, concedeu liminar em mandado de segurança protocolado pela defesa do prefeito de Araguanã, Valmir Amorim, também do PL e aliado do deputado, e anulou a decisão da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinando a paralisação de toda a investigação. Ele também determinou a devolução de bens apreendidos.

O argumento é o de que a competência para julgar o caso seria do próprio TJ, uma vez que Josimar era deputado estadual quando dos fatos investigados.

A decisão vale até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pela defesa do parlamentar.